

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

O **MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 78.485.554/0001-13, com sede a Rua Santo Antônio, nº 100, Centro, através do Sr. Valmor Reis, Prefeito Municipal, portador do CPF nº 776.347.309-63, no uso de suas atribuições, torna público que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, mediante **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO**, com a finalidade de selecionar a contratação mais vantajosa, consoante as condições estatuídas neste Edital, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006 e alterações posteriores, Lei Complementar Municipal nº 160/2023, Decreto Municipal nº 46/2023, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

LOCAL, DATA E HORÁRIO

- **LINK DA SESSÃO:** Bolsa de Licitações do Brasil - BLL (www.bllcompras.org.br).
- **INICIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** A partir das **17h00min horas do dia 17 de outubro de 2024**.
- **FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** **13h30min horas do dia 30 de outubro de 2024**.
- **INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES:** **14h00min horas do dia 30 de OUTUBRO de 2024**

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todos os horários mencionados neste Edital, considerar-se-á o Horário Oficial do Município de Iporã do Oeste/SC.

Em caso de feriado, ponto facultativo ou evento intempestivo, a sessão de disputa será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário, independente de nova comunicação.

LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:

O Edital está disponível na íntegra no site **Bolsa de Licitações do Brasil – BLL** (www.bllcompras.org.br) e do **Município de Iporã do Oeste/SC** (<https://iporadooeste.atende.net/>) ou poderá ser solicitado no seguinte endereço de e-mail: licitacao@ipora.sc.gov.br.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Exclusivamente pelo site Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bllcompras.org.br).

1. DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO:

1.1 DO OBJETO:

1.1.1. O OBJETO DESTE PROCESSO É O “**REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO KITS PARA DISTRIBUIÇÃO NO ENCONTRO ANUAL DA TERCEIRA IDADE, MATERIAIS DE COPA, COZINHA, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E ELETRODOMÉSTICOS A SEREM UTILIZADOS PELA CÂMARA DE VEREADORES E DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC**”, conforme especificações contidas no Termo de Referência e Anexos que integram este Edital.

1.1.2. O objeto está fundamentado no Termo de Referência (ANEXO I)

1.2 DA FORMA DE EXECUÇÃO:

1.2.1. A forma de execução do objeto deste Edital encontra-se devidamente especificado no Termo de Referência (ANEXO I).

1.2.2. O sistema de registro de preços deste Município tem como objetivo manter na entidade o registro de propostas vantajosas e, segundo sua conveniência, promover a contratação do licitante vencedor do pregão.

2. DO ACESSO AO SISTEMA/CADASTRAMENTO:

2.1. Para participar do presente pregão, a licitante deverá se credenciar no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO”, através do site www.bllcompras.org.br.

2.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

2.1.2. O credenciamento da licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

2.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Iporã do Oeste/SC, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.3. O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) Pregoeiro(a) e/ou pelo sistema ou de sua desconexão.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

3.1. Poderá participar deste certame toda e qualquer pessoa jurídica, legalmente constituída, que satisfaça as condições estabelecidas neste Edital e cujo ramo de atividade seja pertinente e compatível com o objeto da presente licitação, bem como esteja devidamente cadastrado junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.bllcompras.org.br.

3.2. Será concedido tratamento favorecido para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física, para o microempreendedor individual - MEI, para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

3.2.1. Para a participação na presente licitação, as cooperativas deverão atender os requisitos exigidos no art. 16 da Lei 14.133/2021.

3.2.2. conforme Lei complementar Municipal nº 160 de 12 de dezembro de 2023, dispõe sobre o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais, pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da administração pública municipal de Ipaporã do Oeste/SC, e dá outras providências.

3.3. Da participação das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

3.3.1. As microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que QUISEREM participar deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

3.3.2. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão declarar, sob as penas da Lei, que se enquadram nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, clicando no campo próprio previsto na tela de envio das propostas.

3.3.3. A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

3.3.4. A condição de Microempreendedor Individual deverá ser comprovada mediante apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual.

3.3.5. A Certidão ou Certificado deverão estar **atualizados**, ou seja, emitidos a **menos de 120 (cento e vinte) dias** da data marcada para a abertura da presente Licitação.

3.3.6. Todo benefício previsto na Lei Complementar nº 123/2006 aplicável à microempresa estende-se ao MEI, conforme determina o § 2º do art. 18-E do referido Diploma Legal.

3.3.7. conforme Lei complementar Municipal nº 160 de 12 de dezembro de 2023, dispõe sobre o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais, pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da administração pública municipal de Ipaporã do Oeste/SC, e dá outras providências.

3.4. Não poderão participar desta licitação:

3.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.4.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata de registro de preços, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

3.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

- 3.4.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio que não atendam ao determinado no art. 15 da Lei 14.133/2021; 3.4.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.4.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da ata de registro de preços agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.
- 3.5. O impedimento de que trata o item 3.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.4.2 e 3.4.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão da ata de registro de preços, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.8. O disposto nos itens 3.4.2. e 3.4.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.10. A vedação de que trata o item 3.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.11. É admitida a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório (Acórdão nº 1201/2020 do TCU).
- 3.12. As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o(s) mesmo(s) item(s), sob pena de desclassificação.
- 3.13. A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.
- 3.14. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações Municipal de Iporã do Oeste na Rua Santo Antônio, nº 100, Centro, de Segunda a Sexta-Feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, telefones (049) 3634.1210 / 1230 ou pelos sites www.bllcompras.org.br ou <https://iporadooeste.atende.net/>

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

- 4.1. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado, o preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento adotado neste edital, até a data e o horário estabelecidos para recebimento das propostas (conforme preâmbulo), quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o cumprimento do disposto neste Edital.
- 4.3. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.4. Documentos relativos à **HABILITAÇÃO JURÍDICA**:
- a) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores, ou;
- b) **Registro Comercial**, no caso de empresário individual, ou;
- a) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.
- b) **Inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

c) **Decreto de autorização**, em se tratando de **empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País**, e **ato de registro ou autorização para funcionamento** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.4.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação;

4.5. Quanto a REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica (**CNPJ**);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda **MUNICIPAL**, da sede da proponente;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda **ESTADUAL**, da sede da proponente;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda **FEDERAL**;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);
- f) Prova de Inexistência de Débitos Trabalhistas (**CNDT**);
- g) Licença de Localização e Funcionamento da sede da proponente (**ALVARÁ MUNICIPAL**);

4.6. Quanto a REGULARIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) **Certidão Recuperação Judicial, extrajudicial e falência** – Comarcas e Turmas Recursais (primeiro grau)
- b) Caso a Licitante esteja em processo de recuperação judicial, deverá apresentar a certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento.

4.7. A proponente deverá declarar, em documento único (conforme modelo Anexo IV):

- a) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- b) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- c) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- d) A inexistência de quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Iporã do Oeste/SC ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);
- e) Que não possui funcionário público no quadro societário da empresa;
- f) Que está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;
- g) Que a empresa conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- h) que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- i) Que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

4.8. O licitante **organizado em cooperativa** deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

4.9. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021, observando, também, o disposto no subitem 3.3. deste edital.

4.9.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.9.2. Nos itens em que a participação **não** for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

- 4.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.5. ou 4.6. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.
- 4.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.16. Ocorrendo adendos, erratas e/ou republicações do edital, que acarretem na alteração de data de abertura do certame, cabe as licitantes interessadas a atualização da documentação de habilitação e proposta de preços já cadastrada, caso julgar necessário.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da documentação de habilitação e da proposta de preços.
- 5.1.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2. A proposta de preços será formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico até o horário previsto no preâmbulo deste Edital, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- a) Valor ou desconto (mensal, unitário, etc., conforme o caso) e (anual, total) do item;
 - b) Marca/modelo (não identificar a empresa podendo-se utilizar o termo “próprio”);
 - c) Fabricante;
 - d) Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência; e
 - e) Demais informações necessárias.
- 5.3. Os preços deverão ser cotados com até **02 (dois) dígitos** após a vírgula;
- 5.4. Não será admitida cotação inferior às quantidades previstas para cada item do Termo de Referência (Anexo II) deste Edital.
- 5.4.1. **Os preços unitários não poderão ultrapassar os preços máximos estabelecidos no Termo de Referência (Anexo II), sob pena de desclassificação.**
- 5.4.2. O preenchimento incorreto dos dados necessários à análise da proposta implicará na desclassificação da mesma.
- 5.5. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.4.1.
- 5.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.6.1. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos ser fornecidos sem ônus adicionais.
- 5.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.8. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, e/ou prestar os serviços, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição, independentemente de declaração expressa.
- 5.10.1. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 5.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação, independentemente de declaração expressa.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

5.12. A proponente vencedora fica submetida aos prazos especificados no presente Edital, independentemente de declaração expressa.

5.12.1. Caso haja omissão, na proposta, dos prazos de sua validade e/ou de garantia, aplicar-se-ão os prazos estipulados neste edital.

5.13. Em caso de omissão da marca e/ou modelo do produto ofertado, o pregoeiro aceitará as propostas e colherá, após a fase de lances, via chat, da empresa melhor classificada, a(s) informação(ões) referente(s) ao(s) dado(s) faltante(s).

5.13.1. Caso a empresa melhor classificada não responda, no prazo máximo fixado, a indagação do pregoeiro via chat, a sua proposta será considerada desclassificada.

5.14. Vícios, erros e/ou omissões que não impliquem em prejuízo para o Município poderão ser desconsiderados pelo(a) Pregoeiro(a), cabendo a este(a) agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

5.14.1. O(a) Pregoeiro(a) considerará como formais erros que não impliquem em nulidade do procedimento.

5.15. *Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a), pelo sistema, ou de sua desconexão.*

5.16. Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, os representantes de Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão declarar sua condição no momento do envio da proposta e apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, certidão de enquadramento no Estatuto Nacional do Microempreendedor Individual, Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor **total do ITEM**.

6.7. O julgamento das propostas será feito pelo Menor Preço por **ITEM**.

6.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.9. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**.

6.11. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.13. O modo de disputa adotado para o envio de lances neste pregoão eletrônico será o **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.14. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.15. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.16. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.17. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

- 6.17.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.18. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.19. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.20. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.21. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.22. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.23. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.24. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06.
- 6.24.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.24.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.24.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.24.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.24.5. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.24.6. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:
- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.24.7. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- a) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - b) empresas brasileiras;
 - c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.24.8. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 6.24.9. A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

- 6.24.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, à mesma, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa.
- 6.24.11. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90, § 5º da Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata, ou revogar a licitação.
- 6.24.12. A empresa que não comprovar a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, será desclassificada dos itens em que tenha usufruído dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.
- 6.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, **na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação**, o(a) pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.25.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.25.4. O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, juntamente com os dados gerais da empresa, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.25.5. É facultado ao pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame.
- 7.2. As proponentes serão informadas exclusivamente pelo sistema eletrônico sobre a habilitação ou inabilitação das vencedoras.
- 7.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.3.2 e 4.6. deste edital.
- 7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.6.1. contiver vícios insanáveis;
 - 7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 70% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração
- 7.7.1. A inexecuibilidade só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 59 da Lei n.º 14.133/21, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
- a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;
 - b) verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
 - c) levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, e junto ao Ministério da Previdência Social;
 - d) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
 - e) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

- f) verificação de outros contratos que a proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- g) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- h) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pela proponente;
- i) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- j) estudos setoriais;
- k) consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- l) análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a proponente disponha para a prestação dos serviços;
- m) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos neste edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre. 8.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e havendo exigência de preenchimento de requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.

8.5. **Será verificado se o licitante apresentou as declarações exigidas neste edital**, sob pena de inabilitação (4.4.5. – Declaração Única) e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.6. A Equipe de Apoio do Pregão poderá consultar o serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela internet.

8.6.1. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.8. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado, via sistema, a encaminhá-los, em formato digital, **no prazo de 1 (um) dia, sob pena de inabilitação**.

8.9. No caso de apresentação de certidões das quais não conste o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da emissão dos mesmos.

8.10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.11. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

8.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.13. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, observando-se o disposto no subitem 3.3. e seguintes do presente Edital.

8.14. Conforme Lei nº 13.726/2018, fica dispensada a autenticação de cópias dos documentos apresentados. Em caso dúvida quanto à autenticidade ou previsão legal, poderá ser exigido o documento original ou cópia autenticada. Faculta-se ao Pregoeiro a diligência para comprovação da autenticidade dos documentos apresentados.

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

9.1. Encerrada a fase de disputa de lances no sistema eletrônico, momento em que os arrematantes se tornam conhecidos, abrir-se-á no sistema a etapa recursal quanto as PROPOSTAS e ficará 15 (quinze) minutos com o campo “Recursos” em aberto, para que os licitantes possam manifestar imediata e motivadamente seu interesse em interpor recurso.

9.3. Transcorrida a fase de habilitação no sistema eletrônico, abrir-se-á no sistema a etapa recursal e ficará 30 (trinta) minutos com o campo “Recursos” em aberto, momento este em que o licitante poderá manifestar imediata e motivadamente seu interesse em interpor recurso.

9.4. O prazo para apresentação das razões do recurso é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.5. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação, as quais deverão ser enviadas exclusivamente por meio de formulário eletrônico, disponível no Portal de Compras Públicas;
- c) na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.6. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.9. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.11. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.12. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico (<https://iporadooeste.atende.net/>)

10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. O objeto deste Pregão será adjudicado à Licitante vencedora depois de decididos os recursos, quando houver.

10.1.1. A adjudicação será realizada pelo **Menor Preço por LOTE**.

10.2. O certame será sujeitoado à adjudicação e homologação pela respectiva autoridade competente.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. REGRAS PARA FORMALIZAÇÃO

11.1.1. O registro de preços observará as regras constantes no Decreto Municipal nº 046/2023, entre outras, as seguintes condições:

- I. Serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva ou do proponente a ser contratado de forma direta;
- II. Será incluído na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor na ordem de classificação do certame, bem como daqueles licitantes que mantiverem sua proposta original, com objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nashipóteses de cancelamento do registro do fornecedor;

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

- III. O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no sítio eletrônico oficial do Município e/ou no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, bem como ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços;
 - IV. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata de registro de preços deverá ser respeitada nas contratações.
- 11.1.1.1. Se houver mais de um licitante que aceite cotar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase de lances.
 - 11.1.1.2. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.
 - 11.1.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
 - 11.1.3. O fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo de 03 (três) dias úteis, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo Município.
 - 11.1.3.1. É facultado ao Município, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.
 - 11.1.3.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do tópico anterior, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, o Município poderá:
 - I. Convocar aqueles licitantes que mantiverem sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - II. Adjudicar e celebrar a ata de registro de preços nas condições ofertadas pelos licitantes subsequentes, atendida à ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
 - 11.1.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Município a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.
 - 11.1.4.1. A recusa injustificada do fornecedor mais bem classificado em assinar a ata de registro de preços dentro do prazo estabelecido no edital ou instrumento de contratação direta ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.
 - 11.1.4.2. O compromisso também se aplica aos licitantes que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, bem como licitantes que mantiverem sua proposta original e/ou dos licitantes que apresentaram preço conforme o art. 82, III da Lei nº 14.133/2021.
 - 11.1.4.3. O licitante que aceitar compor o cadastro de reserva com preço igual ao do licitante vencedor ou pelo valor de sua proposta original, mas deixar de responder ou recusar convocação do Município para assumir o remanescente da ata de registro de preços, ficará sujeito à imposição das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo sempre assegurado o contraditório e a ampla defesa.
 - 11.1.5. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, devendo ser celebrado no prazo de validade da ata de registro de preços.
 - 11.1.5.1. O instrumento contratual poderá ser substituído nos termos do art. 95, *caput* da Lei Federal nº 14.133/2021.
 - 11.1.5.2. O contrato ou outro instrumento que venha substituí-lo observará o disposto no Título III da Lei Federal nº 14.133/2021 (Dos Contratos Administrativos).
 - 11.1.5.3. Será reputada firmada a contratação administrativa na data da confirmação de entrega do instrumento contratual ao fornecedor registrado, admitindo-se a entrega do instrumento por qualquer meio que assegure a certeza da ciência do interessado.
 - 11.1.6. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.
 - 11.1.6.1. A comprovação da alteração dos preços será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de desoneração do compromisso, sem prejuízo de outros documentos que comprovem a necessidade de alteração dos preços registrados.
 - 11.1.6.2. O Município poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação original, para que se manifestem sobre a manutenção do preço ofertado na licitação, hipótese em que o registro será confirmado àquele que ofertar a proposta mais vantajosa.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

- 11.1.7. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Município convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, sendo observado:
- O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 11.1.8. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o Município poderá:
- Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;
 - Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;
 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 11.1.9. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- Por razão de interesse público;
 - A pedido do fornecedor;
 - Descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Município, sem justificativa aceitável;
 - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - Sofrer sanção prevista no inciso III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021; ou
 - For condenado por algum dos crimes previstos no art. 178 da Lei Federal nº 14.133/2021, por sentença transitada em julgado.
- 11.1.9.1. O cancelamento de registros será motivado e formalizado por despacho da autoridade superior, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 11.2. Depois de homologada e adjudicada à licitação pela autoridade competente, a Administração Municipal notificará as empresas vencedoras para a assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 11.3. É facultado à Administração quando a empresa vencedora não atender a convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, a ser realizada em até 05 (cinco) dias após a homologação da licitação, nos termos supra referidos, convocar a segunda colocada assinar a Ata de Registro de Preços.
- 11.4. As empresas vencedoras dos itens incluídos na Ata de Registro de Preços estarão obrigadas a celebrar os contratos que poderão advir nas condições estabelecidas no ato convocatório. Ficando vedada a transferência ou cessão da Ata de Registro de Preços a terceiros.
- 11.5. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal ou procurador devidamente acompanhado da procuração.
- 11.6. DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 11.6.1. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços e deverá incluir todos e quaisquer ônus (tributários, fiscais, trabalhistas, seguros, impostos, taxas, transporte, frete) e quaisquer encargos necessários a execução do objeto contratado, com exceção dos itens a seguir.
- 11.6.2. O reequilíbrio econômico poderá ser solicitado a qualquer tempo pelo(a) CONTRATADO (A) desde que comprovado caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata de Registro de Preços tal como pactuado, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d” da lei nº 14.133/93, sendo que a resposta de deferimento ou indeferimento do pedido ocorrerá sempre no primeiro dia do mês subsequente a requisição.
- 11.6.3. - Se concedido o reequilíbrio este atingirá somente compras futuras, posteriores ao pedido, não recaindo nas compras já solicitadas e empenhadas. Devendo o fornecedor entregar os bens ou prestar os serviços já empenhados pelo valor da licitação.
- 11.6.4. Em caso do reajuste será aplicado a partir da renovação desta ata de registro de preços, mediante acordo entre as partes com prazo de vigência igual ou superior a doze meses da pesquisa de preços, aplicando-se como índice de majoração o INPC acumulado ou o Índice Nacional de Preços ao Consumidor IPCA, regulamentado por Decreto Municipal, atualizando a Unidade Municipal de Referência Fiscal - UMRF, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, com periodicidade anual, nos termos da legislação vigente), desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da pesquisa de preços, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subsequentes.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

12. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

12.1. Cabe ao Município:

- 12.1.1- Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio, as falhas detectadas e comunicando/notificando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da mesma. O acompanhamento e a fiscalização da execução da ata de registro de preços por parte do CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao mesmo;
- 12.1.2- Efetuar o pagamento à CONTRATADA, mediante a entrega da Nota Fiscal devidamente atestada pelo Fiscal, conforme o preço, os prazos e as condições estipuladas na ata de registro de preços a ser avençado;
- 12.1.3- Fornecer à CONTRATADA todas as informações relacionadas com o objeto deste Termo de Referência;
- 12.1.4.- Notificar, por escrito, à CONTRATADA, acerca de toda e qualquer irregularidade constatada na execução dos serviços;
- 12.1.5- Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço executado em desacordo com a ata de registro de preços.
- 12.1.6. A definição do objeto desta Licitação;
- 12.1.7. Tomar todas as providências necessárias à execução do processo licitatório;
- 12.1.8. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com a ata de registro de preços e seus anexos;
- 12.1.9. Manter pessoas ou constituir Comissão Especial designada pelo Prefeito Municipal, visando à fiscalização e gestão da execução da ata de registro de preços;
- 12.1.10. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 12.1.11. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 12.1.12. Efetuar o pagamento, de acordo com as condições e prazos estabelecidos no Edital, Termo de Referência e na ata de registro de preços;
- 12.1.13. Promover, através do Fiscal da ata de registro de preços, o acompanhamento e a fiscalização do Contratado, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da Administração;
- 12.1.14. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 12.1.15. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 12.1.16. Proporcionar ao Contratado as facilidades necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente o serviço contratado;
- 12.1.17. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, bem como sobre toda e qualquer irregularidade constatada na execução da ata de registro de preços.
- 12.1.18. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e nesta ata de registro de preços;
- 12.1.19. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente ata de registro de preços, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 12.1.20. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da ata de registro de preços, admitida a prorrogação motivada, por igual período, nos termos do art. 123, § único da Lei 14.133/2021.
- 12.1.21. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução da ata de registro de preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.2. Cabe à Proponente Vencedora:

- 12.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes da ata de registro de preços ou documento equivalente e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 12.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com a legislação pertinente;
- 12.2.3. Manter, durante a execução da ata de registro de preços todas as condições de habilitação previstas neste Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

12.2.4. O contratado designará formalmente o preposto da empresa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento da autorização de fornecimento ou assinatura da ata de registro de preços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado, bem como, informando todos os números de telefone para contato, correio eletrônico, endereço para envio de correspondências ou qualquer outro meio de comunicação direta;

12.2.5. O contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o contratado designará outro para o exercício da atividade.

12.2.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.2.7. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.2.8. Deverá à Contratada manter constantemente o número acordado de funcionários para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço ou demissão de empregados, substituindo-os imediatamente, independentemente de justificativa e assumindo responsabilidade na falta de pessoal, respondendo por qualquer dano material, pessoal ou descumprimento de horário por parte de seus funcionários.

12.2.9. Efetuar o pagamento do salário dos empregados, bem como recolher no prazo legal os encargos decorrentes da contratação, exibindo, sempre que solicitado, as comprovações respectivas.

12.2.10. Manter todos os equipamentos necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso, independente se de propriedade da empresa ou da Administração.

12.2.11. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, ou gestor da ata de registro de preços, ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.2.12. Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preços.

12.2.13. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da ata de registro de preços, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.2.13. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.2.15. Quando requerido, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da ata de registro de preços, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.2.16. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto da ata de registro de preços;

12.2.17. Responsabilizar-se integralmente por todos os empregados que prestarão os serviços, selecionando-os e preparando-os rigorosamente, nos termos da legislação vigente, inclusive certificando-se das referências, visando maior segurança e qualidade na execução dos serviços;

12.2.18. A Contratada deverá manter seus empregados orientados com relação ao desempenho dos serviços, responsabilidades e segurança ao que lhe cabe, com relação a todo material manuseado, não devendo afastar-se dos seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por pessoas não autorizadas.

12.2.19. A Contratada deverá apresentar seus empregados diariamente asseados, devidamente identificados através de crachás e providos de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's e Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC's, quando necessário.

12.2.20. Ainda, a Contratada se obriga a responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus profissionais e ainda, por danos ou avarias e/ou repará-los, quando causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do objeto.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

- 12.2.20. Deverá a Contratada assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica em caso de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a prestação do objeto ou em conexão com ele, ainda que acontecido em dependência do Município.
- 12.2.21. Comunicar ao Fiscal da ata de registro de preços, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 12.2.22. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.2.23. Manter durante toda a vigência da ata de registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 12.2.24. Cumprir, durante todo o período de execução da ata de registro de preços, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 12.2.25. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal da ata de registro de preços, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 12.2.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ata de registro de preços;
- 12.2.27. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.2.28. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 12.2.29. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução da ata de registro de preços, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.
- 12.2.30. A Contratada não poderá veicular publicidade acerca da , salvo se houver prévia autorização da Administração do Município;
- 12.2.31. Para fins de atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), as informações e dados apresentados para participar do processo licitatório, são de domínio público, em razão dos princípios do interesse público e da publicidade dos atos efetuados pela municipalidade.
- 12.2.31.1. A **Proponente** obriga-se ainda, em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a manter sigilo de todas as informações sobre os dados pessoais e dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução da contratação, sendo vedado o repasse dessas informações, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do objeto contratado.
- 12.2.31.2 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pelo contratado, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas na ata de registro de preços e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito do contratante, com base nos art. 50 e art.121 da Lei n.º 14.133/2021:
- a. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- b. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o contratante comunicará o fato ao contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada. (art. 121, § 3º, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021);

12.3. Da Subcontratação:

- 12.3.1. É vedada a subcontratação sem a anuência prévia da CONTRATANTE.
- 12.3.2. Sendo permitida, a subcontratação, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, será admitida, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento.
- 12.3.3. A CONTRATADA apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

12.3.4. Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da ata de registro de preços, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

13. DA GARANTIA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS

13.1 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços prestados, nem ético-profissional pela perfeita execução da ata de registro de preços, dentro dos limites estabelecidos pelo edital seus anexos, proposta da CONTRATANTE e na presente ata de registro de preços.

13.2. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da ata de registro de preços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

13.2.1. Desta forma, cabe à CONTRATANTE, tão logo que surja o vício, defeito ou incorreção, contatar a empresa responsável pela execução do objeto para que efetue os reparos necessários, os quais devem ser realizados sem ônus para a Administração.

13.3. A CONTRATADA responderá, nos termos da lei, pela execução dos serviços prestados.

13.4. Na hipótese de a CONTRATADA se recusar em atender o disposto nesse item (da garantia dos serviços prestados) da ata de registro de preços, utilize-se das prerrogativas inseridas no art. 104, inciso IV e art. 156 da Lei nº 14.133/2021, bem como dos meios legais para a responsabilização civil da CONTRATADA.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

14.1. O licitante ou contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) Dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços;
- b) Dar causa à inexecução parcial da ata de registro de preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total da ata de registro de preços;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- e) Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - I - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - II - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - III - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - IV - deixar de apresentar amostra;
 - V - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- f) Não celebrar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Recusar-se, sem justificativa, a assinar a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ata de registro de preços;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ata de registro de preços;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza ;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

14.2. A Administração Pública Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar; e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- II. As peculiaridades do caso concreto
- III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

IV. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea “a” do item 13.1, quando não justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor da ata de registro de preços licitada, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente com a penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 14.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações, justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 3 (três) servidores públicos efetivos, sendo, no mínimo, 2 (dois) estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total da ata de registro de preços, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do item da ata de registro de preços, por dia de mora na assinatura da ata de registro de preços ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total da ata de registro de preços, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor da ata de registro de preços no caso de inexecução parcial da ata de registro de preços;
- c) 30% (trinta por cento) do valor da ata de registro de preços no caso de inexecução total da ata de registro de preços.

14.16. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

- a) Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pela contratada da ordem de serviços.
- b) Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

14.17. O valor da multa poderá ser descontado da garantia oferecida pelo contratado, se houver, ou, se esta for insuficiente, poderá ser descontado dos pagamentos a serem efetuados pela Administração;

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

14.17.1. Se o valor a ser pago à proponente contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica está obrigada a recolher a importância devida no prazo de **30 (trinta) dias úteis**, contado da comunicação oficial.

14.17.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela proponente contratada ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial.

15. DA VIGÊNCIA, DAS ALTERAÇÕES E DO ACOMPANHAMENTO:

15.1. O prazo de vigência da contratação será de **1 (um) ano**, contados **a partir da data de assinatura da ata de registro de preços**, podendo ser prorrogado sucessivamente por igual período, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração Municipal.

15.2. Caso o proponente declarado vencedor, não queira ou não possa assinar a ata de registro de preços dentro do prazo máximo previsto, poderá o Município, sem prejuízo de aplicação de penalidades ao desistente, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração da ata de registro de preços nas condições propostas pelo licitante vencedor, se alternativamente o Município não preferir revogar a presente Licitação, sem prejuízo do disposto ao item 13.4 e seguintes.

15.3. A ata de registro de preços decorrente desta licitação, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, artigo 124 e seguintes.

15.4. A execução da ata de registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

15.6. A fiscalização e gestão de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da contratada, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do contratante ou de seus agentes e prepostos.

16. DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL, DO REAJUSTE E DA REVISÃO:

16.1. Quanto ao pagamento, a Administração observará a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias da ata de registro de preços, sob pena de apuração de responsabilidade do agente responsável:

- a) Fornecimento de bens
- b) Locações
- c) Prestação de serviços
- d) Realização de obras

16.2. A ordem cronológica poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de contas competente, nas situações descritas nos incisos do §1º do art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.3. O pagamento será realizado mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

16.3.1. Quando se tratar de fornecimento de produto, o documento fiscal deverá ser emitido pela Fazenda do Estado, com a identificação da inscrição estadual e o recolhimento de ICMS.

16.3.2. Quando se tratar de prestação de serviços, o documento fiscal deverá ser emitido pela Fazenda do Município, com a identificação da inscrição municipal e o recolhimento de ISSQN.

16.3.3. Quando se tratar de fornecimento de produtos e serviços pelo mesmo fornecedor, as notas apresentadas (produtos e serviços) deverão totalizar o valor da proposta vencedora.

16.4. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados pela proponente por ocasião da habilitação.

16.4.1. O FORNECEDOR deverá constar na Nota Fiscal as informações que o município vir a requisitar que constem no referido documento.

16.4.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para:

MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC – Rua Santo Antonio, 100, Centro, Iporã do Oeste, SC, CNPJ nº 78.485.554/0001-13.

16.5. A proponente vencedora deverá enviar e-mail do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3634-1210 ou 1230 | E-mail: compras@ipora.sc.gov.br).

16.6. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.

16.7. Os preços inicialmente contratados não serão reajustados.

16.8. O preço contratado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 124 da Lei 14.133/2021 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

17.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Município de Iporá do Oeste/SC, durante a vigência da presente ata de registro de preços.

18. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

18.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

18.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão, exclusivamente, ser realizados de forma eletrônica por meio do Portal Bolsa de Licitações do Brasil - BLL www.bllcompras.org.br.

18.3.1. O horário limite para recebimento das impugnações é às 23:59h da data especificada no sistema, considerando o horário de expediente desta Administração.

18.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

18.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18.6. Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos desta licitação, o licitante que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

18.7. O acompanhamento dos resultados e atos pertinentes a este Edital poderão ser consultados no Portal Bolsa de Licitações do Brasil - BLL www.bllcompras.org.br.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada e comunicada aos licitantes por meio do site oficial do município e Portal de Compras Públicas.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Iporá do Oeste/SC.

19.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.8. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará o afastamento da licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública e desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9. Caberá a autoridade competente, revogar, anular ou homologar esta Licitação.

19.10. Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei nº 14.133/2021 e Lei Complementar nº 123/06.

19.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no site Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bllcompras.org.br, Município de Iporá do Oeste/SC (<https://iporadooeste.atende.net/>) ou poderá ser solicitado no seguinte endereço de e-mail: licitacao@ipora.sc.gov.br

19.13. No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser adiada a abertura da licitação ou alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.

19.14. Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes à Administração Municipal não serão consideradas como motivos para impugnações.

19.15. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

- I. Termo de Referência;
- II. Dados Gerais da Proponente Vencedora;
- III. Modelo de Declaração Única;

(49)3634-1210

Página 19 de 42

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

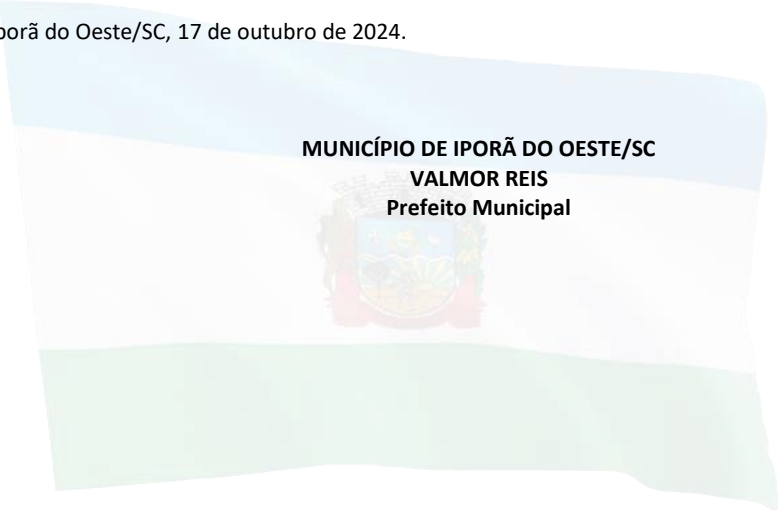
IV. Minuta da Ata de Registro de Preços

19.16. Para fins de atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), as informações e dados apresentados para participar do processo licitatório, são de domínio público, em razão dos princípios do interesse público e da publicidade dos atos efetuados pela municipalidade.

19.16.1. A Proponente obriga-se ainda, em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a manter sigilo de todas as informações sobre os dados pessoais e dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução da contratação, sendo vedado o repasse dessas informações, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do objeto contratado.

19.17. Para dirimir as questões decorrentes do presente processo licitatório fica eleito o Foro do Município de Mondai/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Edital, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Município de Iporã do Oeste/SC, 17 de outubro de 2024.



MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC
VALMOR REIS
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE
IPORÃ DO OESTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O objeto da presente licitação consiste no O presente Edital tem por objetivo o “REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO KITS PARA DISTRIBUIÇÃO NO ENCONTRO ANUAL DA TERCEIRA IDADE, MATERIAIS DE COPA, COZINHA, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E ELETRODOMÉSTICOS A SEREM UTILIZADOS PELA CÂMARA DE VEREADORES E DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC”, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote: 1 - [BACIA DE PLÁSTICO]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	BACIA REDONDA em material plástico COM TAMPA capacidade mínima 6L.	Unidade	25	17,92	448,00
2	BACIA REDONDA em material plástico COM TAMPA capacidade mínima 10 L.	Unidade	25	19,23	480,75
3	BACIA REDONDA em material plástico COM TAMPA capacidade mínima 3L.	Unidade	25	13,44	336,00
4	BACIA RETANGULAR em material plástico COM TAMPA: Medidas C X L X A: 30CM X 22CM X 10CM.	Unidade	20	48,80	976,00
5	SALADEIRA RETANGULAR- Especificações: Fabricada em PLÁSTICO de formato RETANGULAR; Dimensões aproximadas C X L X A: 45 X 30X 8CM.	Unidade	20	37,78	755,60
					2.996,35

Lote: 2 - [BACIA EM AÇO INÓX]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	BACIA REDONDA em AÇO INOXIDAVEL com capacidade mínima 700MLe 16 CM.	Unidade	30	18,02	540,60
					540,60

Lote: 3 - [BALDE DE PLÁSTICO]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	BALDE PLÁSTICO na cor branca com TAMPA HERMÉTICA, alça plástica, capacidade mínima de 20 Litros Dimensões: Altura 30,7CM, Largura 33CM e Diâmetro 30CM.	Unidade	35	26,01	910,35
2	BALDE PLÁSTICO na cor branca com TAMPA HERMÉTICA, alça plástica, capacidade mínima de 10 Litros Dimensões: Altura 27CM, Largura 27CM e Diâmetro 27CM.	Unidade	30	12,51	375,30
					1.285,65

Lote: 4 - [PANEAS EM ALUMÍNIO FUNDIDO]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PANELA tipo CAÇAROLA em ALUMÍNIO FUNDIDO com duas ALÇAS, com TAMPA no mesmo material, Capacidade de 4,5 Litros, Diemensões: 26cm de Diâmetro e 30cm de Altura.	Unidade	10	168,37	1.683,70
2	PANELA ALTA - Especificações: TIPO CALDEIRÃO em ALUMÍNIO LIXADO Nº 28 Capacidade de 15 Litros, Com TAMPA e ALÇAS no mesmo material.	Unidade	10	158,02	1.580,20
3	PANELA tipo CAÇAROLA em ALUMÍNIO FUNDIDO com duas ALÇAS, com TAMPA no mesmo material, Capacidade de 24 Litros.	Unidade	10	288,32	2.883,20
					6.147,10

Lote: 5 - [PANEAS EM AÇO INÓX]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PANELA - Especificações: Panela em AÇO INOX, com FUNDO TRIPLO, e TAMPA de INÓX, capacidade mínima 2 LITROS.	Unidade	10	171,28	1.712,80
2	PANELA - Especificações: Panela em AÇO INOX, com FUNDO TRIPLO, e TAMPA de INÓX, capacidade mínima 3 LITROS.	Unidade	10	205,42	2.054,20
					3.767,00

Lote: 6 - [PANELA DE PRESSÃO]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PANELA DE PRESSÃO - Especificações: ANTIADERENTE, COM FECHAMENTO EXTERNO, CAPACIDADE DE 4,5 LITROS, NA COR CEREJA. CABOS E ALÇA ANTICHAMA. DEVE CONTER REGISTRO NO INMETRO. DIMENSÕES: 40,8 X 22,7 X 21 CM. PESO DE 1,6KG.	Unidade	10	257,79	2.577,90

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

2	PANELA DE PRESSÃO - Especificações: CAPACIDADE EM VOLUME DE 6 L, REVESTIMENTO EXTERNO E INTERNO ANTIADERENTE, FUNDO DUPLO, FEITO EM ALUMÍNIO, COM REVESTIMENTO ANTIADERENTE. DEVE POSSUIR 3 SISTEMAS DE SEGURANÇA COM DIMENSÕES DE 27CM DE LARGURA, 22,1 CM DE ALTURA E 24CM DE DIÂMETRO.	Unidade	10	326,70	3.267,00
---	---	---------	----	--------	----------

5.844,90

Lote: 7 - [CAIXA PLÁSTICA]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CAIXA PLÁSTICA VAZADA 45 Litros Capacidade 20KG (tipo caixa de supermercado) Fabricada em polietileno de alta densidade. Dimensões 36 Dimensões: 36x55,5x31cm, Cor BRANCA.	Unidade	10	56,33	563,30

563,30

Lote: 8 - [CAIXA ORGANIZADORA DE PLÁSTICO]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CAIXA PLÁSTICA organizadora em material TRANSPARENTE com TAMPA e TRAVA, capacidade aproximada de 30 litros, Dimensões mínimas 42x30x27cm (C x L x A).	Unidade	30	78,54	2.356,20
2	CAIXA PLÁSTICA organizadora em material TRANSPARENTE com TAMPA e TRAVA e ALÇA, capacidade aproximada de 4 litros, Dimensões mínimas 12x19x26cm (C x L x A).	Unidade	60	23,34	1.400,40

3.756,60

Lote: 9 - [CAIXA TÉRMICA]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CAIXA TÉRMICA de no mínimo 34L em material Polipropileno injetado 100% Virgem, Atóxico e sem Odor, Estrutura LISA, Alça Retrátil. Na cor AZUL ou VERMELHA.	Unidade	5	162,91	814,55

814,55

Lote: 10 - [CANECA DE VIDRO]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CANECA DE VIDRO com ALÇA- Especificações: Vidro Temperado, Transparente, com Capacidade de 300ml resistente a quedas e temperatura por no mínimo 20 minutos,	Unidade	600	9,05	5.430,00

5.430,00

Lote: 11 - [CANECA DE PLÁSTICO]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CANECA DE PLÁSTICO com ALÇA- Especificações: fabricado em Polipropileno, cor BRANCA, com Capacidade de 250ml.	Unidade	200	9,17	1.834,00

1.834,00

Lote: 12 - [COLHER EM AÇO INOX]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	COLHER GRANDE/MONOBLOCO para SERVIR Arroz, Especificações: fabricada toda em AÇO INOXIDAVEL; Dimensões: CxAxL: 24,5cm x 6cm x 1,5cm.	Unidade	60	29,29	1.757,40
2	COLHER DE SOBREMESA/MONOBLOCO, Especificações: fabricada toda em AÇO INOXIDAVEL; Dimensões: C x A x L: 21 x 105 x 275MM.	Unidade	100	4,28	428,00
3	COLHER DE SOPA/MONOBLOCO, Especificações: fabricada toda em AÇO INOXIDAVEL; Dimensões: C x A x L: 153 x 33 x 18MM.	Unidade	150	27,32	4.098,00

6.283,40

Lote: 13 - [CONCHA EM AÇO INÓX]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CONCHA / MONOBLOCO GRANDE: Especificações: concha grande em AÇO INOXIDAVEL Dimensões aproximadas do produto C x L x A: 8.7 x 9.1 x 34,8 cm.	Unidade	10	69,93	699,30
2	CONCHA / MONOBLOCO PARA FEIJÃO: Especificações: concha grande para feijão em AÇO INOXIDAVEL Dimensões aproximadas do produto C x L x A: 21 x 7,4 x 7cm.	Unidade	45	98,93	4.451,85

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

Lote: 14 - [COPO MEDIDOR EM PLÁSTICO]						5.151,15
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
1	COPO MEDIDOR Especificações: Em Plástico Transparente Capacidade 500ML e com Medidas na cor azul sobre o plástico.	Unidade	10	14,54	145,40	
						145,40
Lote: 15 - [ESCORREDOR DE LOUÇAS EM AÇO INÓX]						
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
1	ESCORREDOR DE LOUÇAS - Especificações: Duplo em AÇO INOXIDÁVEL, com PORTA COPOS, PORTA TALHERES, DOIS ANDARES, Capacidade de 20 pratos e 30cm de altura, 28cm de largura e 50cm de comprimento.	Unidade	8	199,97	1.599,76	
						1.599,76
Lote: 16 - [ESCORREDOR DE MACARRÃO]						
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
1	ESCORREDOR DE MACARRÃO, Especificações: Em ALUMÍNIO, com duas ALÇAS e BASE. Capacidade de 11 Litros, nº 40.	Unidade	10	137,09	1.370,90	
						1.370,90
Lote: 17 - [ESCOVA PARA MAMADEIRAS]						
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
1	ESCOVA para HIGIENIZAR MAMADEIRA, Especificações: com BICO VENTOSA, na cor CINZA, Comprimento de 35cm e material de Punho de PLÁSTICO.	Unidade	10	16,59	165,90	
						165,90
Lote: 18 - [ESCUMADEIRA EM AÇO INÓX]						
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
1	ESCUMADEIRA GRANDE/MONOBLOCO, Especificações: fabricada toda em AÇO INOXIDÁVEL; Dimensões: Mínimo 33CM de Comprimento.	Unidade	15	46,61	699,15	
						699,15
Lote: 19 - [ESPÁTULA]						
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
1	ESPÁTULA DE POLIPROPILENO DE 49CM.	Unidade	30	32,15	964,50	
2	ESPÁTULA DE SILICONE: TAMANHO 5,2CM X 27 CM.	Unidade	20	18,74	374,80	
						1.339,30
Lote: 20 - [PALETE EM PLÁSTICO]						
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
1	PALETE ESTRADO Especificações: de plástico na cor BRANCA com as seguintes medidas: 50 X 25 X 2,05.	Unidade	30	39,62	1.188,60	
						1.188,60
Lote: 21 - [FACA EM AÇO INÓX]						
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
1	FACA DE CARNE, PARA CORTE DE CARNES, 12', EM AÇO INOXIDÁVEL, LINHA PROFISSIONAL, COM CABO EM POLIPROPILENO. COM LARGURA SUPERIOR AO CABO.	Unidade	10	128,39	1.283,90	
2	FACA DE CARNE, PARA CORTE DE CARNES, 8', EM AÇO INOXIDÁVEL, LINHA PROFISSIONAL, COM CABO EM POLIPROPILENO. COM LARGURA SUPERIOR AO CABO.	Unidade	20	58,25	1.165,00	
3	FACA DE CARNE, PARA CORTE DE CARNES, 10', EM AÇO INOXIDÁVEL, LINHA PROFISSIONAL, COM CABO EM POLIPROPILENO. COM LARGURA SUPERIOR AO CABO.	Unidade	10	87,37	873,70	
4	FACA DE MESA - Especificações: Talher em AÇO INOX com cabo PLÁSTICO na cor PRETA. Dimensões aproximadas do produto: C X L X A: 1 X 7,7 X 25,3 CM.	Unidade	50	7,98	399,00	
						3.721,60
Lote: 22 - [FACA ELÉTRICA]						
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	
1	FACA ELÉTRICA - Especificações: com lâmina em AÇO INOX REMOVÍVEIS E CABO ERGONÔMICO. Com trava de segurança integrada. 220V. 120W. Dimensões: 35CM de comprimento.	Unidade	8	193,77	1.550,16	
						1.550,16

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

Lote: 23 - [FRIGIDEIRA]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	FRIGIDEIRA Tipo Wok com Tampa Especificações: Diâmetro de 24CM, Capacidade de 2,2 Litros, Corpo de ALE ALUMÍNIO, Revestimento Interno e externo de antiaderente STARFLON T1, Cabos de Baquelite Antitêrmico.	Unidade	12	99,99	1.199,88
					1.199,88

Lote: 24 - [FRUTEIRA]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	FRUTEIRA - Especificações: Organizador de CHÃO, RETANGULAR com 4 ANDARES. Na cor PRETA ou BRANCA. Tamanho: 89CM X 29CM.	Unidade	25	168,16	4.204,00
					4.204,00

Lote: 25 - [GALHETEIRO]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	GALHETEIRO para MAMADEIRA - Especificações: Com cesto em material PLÁSTICO na Cor BRANCA para transportar 6 ou mais mamadeiras.	Unidade	16	118,19	1.891,04
					1.891,04

Lote: 26 - [JARRA DE PLÁSTICO C/ TAMPA]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	JARRA DE PLÁSTICO - Especificações Capacidade 1,5 Litros em plástico INCOLOR.	Unidade	20	23,80	476,00
2	JARRA DE PLÁSTICO com TAMPA - Especificações Capacidade 2 Litros em plástico INCOLOR.	Unidade	20	34,80	696,00
3	JARRA DE PLÁSTICO com TAMPA - Especificações Capacidade 4 Litros em plástico INCOLOR.	Unidade	12	64,17	770,04
					1.942,04

Lote: 27 - [JARRA DE PLÁSTICO SEM TAMPA]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	JARRA DE PLÁSTICO - Especificações Capacidade 1 Litro em plástico INCOLOR.	Unidade	10	12,98	129,80
2	JARRA DE PLÁSTICO - Especificações Capacidade 2 Litros em plástico INCOLOR.	Unidade	20	21,28	425,60
3	JARRA DE PLÁSTICO - Especificações Capacidade 4 Litros em plástico INCOLOR.	Unidade	20	27,30	546,00
					1.101,40

Lote: 28 - [JARRA MEDIDORA EM VIDRO]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	JARRA MEDIDORA - Especificações: Jarra em VIDRO TEMPERADO TRANSPARENTE com MEDIDORA e CAPACIDADE para 1 LITRO e MEDIDAS EM VERMELHO SOBRE O VIDRO.	Unidade	10	62,13	621,30
					621,30

Lote: 29 - [JARRA ELÉTRICA]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	JARRA ELÉTRICA - JARRA EM AÇO INOX COM 1,7 LITROS DE CAPACIDADE, POTÊNCIA 220V. PERMITE DEIXAR A ÁGUA IDEAL PARA USO CONFORME NECESSIDADE. PAINEL COM BOTÕES TOUCH (SENSÍVEIS AO TOQUE) E DISPLAY DIGITAL, AJUSTE DE TEMPERATURA DA ÁGUA DE 40 A 100°C, MANTÉM A ÁGUA AQUECIDA POR 2 HORAS E FERVE A ÁGUA RAPIDAMENTE, CHALEIRA DESLIGA AUTOMATICAMENTE E EMITE UM SINAL SONORO QUANDO A ÁGUA ESTÁ FERVIDA.CONFORME ANEXO 28.	Unidade	40	80,31	3.212,40
					3.212,40

Lote: 30 - [JOGO DE FACAS]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	JOGO DE FACAS: Especificações: COM 9 PEÇAS, LÂMINA DE AÇO INOX E CABO DE POLIPROPILENO, 1 FACA CHEF TAMANHO 7", 1 FACA SANTOKU 5", 1 FACA PARA TORNEAR, 1 FACA PARA LEGUMES, 1 FACA PARA FRUTA 5", 1 FACA PARA TOMATE 5", 1 FACA PARA DESOSSAR 5", 1 CUTELO TAMANHO 5", 1 FACA PARA PÃO 7".	JOGO	17	164,68	2.799,56
					2.799,56

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

Lote: 31 - [COPOS DE VIDRO]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	JOGO com 6 COPOS DE VIDRO - Especificações: Vidro TRANSPARENTE no mínimo 350 ML. 13CM de Altura e 6,4CM de Largura.	JOGO	15	48,07	721,05
					721,05

Lote: 32 - [PENEIRA EM AÇO INÓX]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CONJUNTO de 3 PENEIRAS - Especificações: Peneiras polvilhar e peneirar farinha ou açúcar em bolos, massas e superfícies. Material 100% AÇO INOXIDÁVEL, com tamanho de 10CM, 14CM E 20CM DE DIÂMETRO.	JOGO	10	24,31	243,10
					243,10

Lote: 33 - [UTENSÍLIOS EM SILICONE]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CONJUNTO DE UTENSÍLIOS DE SILICONE: 1 PEGADOR DE MASSA COM 29X6CM, 1 BATEDOR DE OVOS COM 25,5CM, 1 COLHER DE ARROZ COM 28CM, 1 COLHER DE ARROZ VAZADA COM 28CM, 1 ESPÁTULA PEQUENA COM 21CM, 1 ESPÁTULA VAZADA COM 31X8 CM, 1 ESPÁTULA GRANDE COM 27CM, 1 PINCEL CULINÁRIO COM 21X3,5CM, 1 PEGADOR DE SALADAS COM 27,5CM E 1 CONCHA COM 29,5X9CM. UTENSÍLIOS DE SILICONE NA COR PRETA.		12	138,64	1.663,68
2	CONCHA DE SILICONE - Especificações: fabricado toda em SILICONE resistente a 220 º Tamanho 28 CM, Cor CINZA.	Unidade	30	24,00	720,00
3	ESCUMADEIRA - Especificações: fabricado toda em SILICONE resistente a 220 º Tamanho 28 CM, Cor CINZA.	Unidade	30	24,17	725,10
					3.108,78

Lote: 34 - [LIXEIRA PLÁSTICA C/ PEDAL]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LIXEIRA PLÁSTICA/POLIPROPILENO COM PEDAL, CAPACIDADE DE 50LITROS. DIMENSÕES: 42,2X44,5X56CM (COMPRIMENTO X LARGURA X ALTURA). PESO DE 2,6KG.	Unidade	15	143,42	2.151,30
					2.151,30

Lote: 35 - [PEGADOR DE MACARRÃO E/OU SALADA]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PEGADOR DE MACARRÃO - Especificações: longo, todo em AÇO INOX Tamanho 28CM.	Unidade	30	33,17	995,10
2	PEGADOR DE SALADA - Especificações: longo, todo em AÇO INOX Tamanho 28CM.	Unidade	30	33,17	995,10
					1.990,20

Lote: 36 - [KIT PICADOR DE LEGUMES]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PICADOR DE LEGUMES - Especificações: com diferentes LÂMINAS: CORTADOR DE LEGUMES COM 16 PEÇAS: 2 LÂMINAS PARA CORTAR EM CUBO (12X12MM, 18X18MM); 1 RALADOR COMUM (4MM); 1 RALADOR FINO (3MM); 1 RALADOR ESBURACADO; 1 CORTADOR COM LÂMINA "ONDA". 2 CORTADORES ESTILO FATIA; 1 DESCASCADOR; 1 PROTETOR PARA MÃOS; UM SEPARADOR DE OVOS E UMA ESCOVINHA DE LIMPEZA.		10	110,56	1.105,60
					1.105,60

Lote: 37 - [PICADOR DE LEGUMES /TIPO CABRITA]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PICADOR DE LEGUMES - Especificações: Tipo CABRITA, COR PRETA e com aproximadamente 44CM X 36CM, apto para lavar e com 2 lâminas. MATERIAL DA LÂMINA: AÇO INOXIDÁVEL.	Unidade	10	165,83	1.658,30
					1.658,30

Lote: 38 - [PIPOQUEIRA]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PIPOQUEIRA Nº 20 - Especificações: ANTIADERENTE, Capacidade 4 Litros, na Cor Cereja.	Unidade	12	137,42	1.649,04
					1.649,04

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

Lote: 39 - [PORTA LEGUMES / CONDIMENTOS]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PORTA TEMPERO e CONDIMENTO - Especificações: Fabricado em VIDRO e METAL AÇO INOXIDÁVEL, GIRATÓRIO para cozinha com 16 POTES de 80Gr de armazenagem, com base giratória; ALTURA DE 28CM, LARGURA DE 22CM E PROFUNDIDADE DE 22CM. CADA POTE CONTENDO ALTURA DE 9,5CM E DIÂMETRO DE 4,5CM. PESO TOTAL: 2.300 KG; TAMANHO DA EMBALAGEM: 20X20X29CM.	Unidade	8	134,70	1.077,60

1.077,60

Lote: 40 - [RALADOR EM AÇO INOXIDÁVEL]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	RALADOR - Especificações: Fabricado em AÇO INOXIDÁVEL com 25CM, com 1 FACE DE RALAGEM GROSSA, 1 FACE DE RALAGEM MÉDIA, 1 FACE DE RALAGEM FINA E 1 FACE DE FATIAMENTO.	Unidade	10	51,75	517,50

517,50

Lote: 41 - [TÁBUA DE CORTE]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	TABUA DE CORTE - Especificações: Espessura de 7 MM, Largura de 20 CM, Comprimento de 29CM, Forma RETANGULAR, fabrica toda em material de POLIPROPILENO, na cor BRANCA.	Unidade	20	85,91	1.718,20

1.718,20

Lote: 42 - [JARRA/GARRAFA TÉRMICA]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	GARRAFA, Tipo/Modelo: Térmica, Sistema de servir: Bomba de pressão, Material Estrutura: Aço Inox Escovado, Material Ampola: Aço inox, Capacidade: 1,9 Com base de silicone para melhor aderência e menor impacto sobre superfícies lisas	Unidade	22	145,96	3.211,12

3.211,12

Lote: 43 - [TERMÔMETRO]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	TERMÔMETRO DIGITAL Interno/Externo Max/Min - Especificações: Instrumento de medição precisa da temperatura interna e externa assim com as suas máximas e mínimas. Visor em cristal líquido de fácil visualização. Função °C / °F. Especificações: Faixa de temperatura interna: -20°C ~ +70°C, Faixa de temperatura externa: -50°C ~ +70°C, Resolução: 0,1°C, Precisão: ±1°C, Dimensões: 6,4 x 8,5 x 2,2 cm, Peso: 100g, Material: Plástico PS, Cor: Branco, Comprimento do cabo: ± 2,3m, Com imã para fixar na geladeira, Alimentação: 1 pilha tipo AAA 1,5V (já inclusa) garantia mínima de 1 ano.	Unidade	40	136,42	5.456,80
2	TERMOMETRO COM ALARME PARA FREEZER E GELADEIRA. Com sensor interno e externo. Registro de medição máxima e mínima.	Unidade	40	148,21	5.928,40
3	TERMÔMETRO TIPO AGULHA - Especificações: Termômetro com HASTE de penetração, em AÇO NOXIDAVEL e RESISTENTE A ÁGUA.	Unidade	10	197,85	1.978,50

13.363,70

Lote: 44 - [AÇUCAREIRO EM AÇO INOXIDÁVEL]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	AÇUCAREIRO com COLHER - Especificações: Capacidade 180 Gramas de Açúcar, com colher, todo fabricado em AÇO INOXIDÁVEL, Dimensões: Açucareiro 7 Cm Altura x 9 Cm Largura - Colher 12 Cm.	Unidade	15	30,18	452,70

452,70

Lote: 45 - [PULVERIZADOR EM PLÁSTICO]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PULVERIZADOR NEVOA - Especificações: pulverizador em spray névoa para uso doméstico. Capacidade: 500ml Cor: verde Material: Polietil.	Unidade	25	21,56	539,00

539,00

Lote: 46 - [GALÃO DE ÁGUA 20 L]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	SUPORTE P/ GALÃO DE ÁGUA 20 Litros - Especificações: Comprimento: 27 cm. Largura: 24 cm. Altura: 23,5 cm. Cor BRANCA.	Unidade	20	21,35	427,00

(49)3634-1210

Página 26 de 42

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

2	BOMBA DE ÁGUA MANUAL P/ GALÃO DE ÁGUA de 20 Litros 7,5X62,7 CM.	Unidade	15	30,64	459,60
					886,60

Lote: 47 - [BATEDEIRA]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	BATEDEIRA - Características mínimas: com Sistema Giratorio; 300W de Potencia; 05 Velocidades - TURBO; realiza qualquer tipo de preparo; TIGELA (3,5litros) Pratica com BORDA e TAMPÁ; Controles localizados na ALÇA; Alimentação de energia 220V; Garantia mínima de 01 ano; Cor: BRANCA.	Unidade	10	549,94	5.499,40
					5.499,40

Lote: 48 - [CREPEIRA]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	- Crepeira: Máquina de crepe profissional, 10 cavidades. 220 V. Características: Puxador térmico com área maior de apoio fixo para as mãos eliminando o contato com a área aquecida da máquina, gabinete em aço inox, chapa em alumínio fundido, luz indicadora de aquecimento, alças laterais para melhor transporte, pés antiderrapantes, controle de temperatura até 300º C, alta produção. Especificações técnicas: Produção média: 60 und/h, potência: 1800 W, corrente: 8,2 A, consumo: 0,9 kw/h, dimensões (a - Marca: Inovamaq Ad-12p 51 - Monitor de palco (retorno) . Ativo + passivo alto falante 12" 450w rms.	Unidade	8	2.261,90	18.095,20
					18.095,20

Lote: 49 - [ESCADA]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	ESCADA EM ALUMINIO COM 3 DEGRAUS ANTIDERRAPANTES, DOBRAVEL, PÉS EMBORRACHADOS COM CAPACIDADE MINIMA DE 130KG DE PESO.	Unidade	15	113,49	1.702,35
					1.702,35

Lote: 50 - [FOGÃO A GÁS INDUSTRIAL]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	FOGÃO INDUSTRIAL Especificações: Produzido em AÇO GALVANIZADO, 6 BOCAS, ALTA PRESSÃO, REGISTRO CROMADO, PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ QUE RESISTE A ALTA TEMPERATURA COM QUEIMADORES DUPLOS, COM FORNO. O FOGÃO DEVERÁ SER INSTALADO.	Unidade	6	3.564,60	21.387,60
2	FOGÃO INDUSTRIAL Especificações: Produzido em AÇO GALVANIZADO, 4 BOCAS, ALTA PRESSÃO, REGISTRO CROMADO, PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ QUE RESISTE A ALTA TEMPERATURA C/ GRELHAS E QUEIMADORES EM FERRO FUNDIDO, GRELHA MEDINDO 40 X 40 CM COM DIMENSÃO APROXIMADA: ALTURA: 80,00 CM LARGURA: 105CM. COMPRIMENTO: 99 CM. BANDEJA COLETORA DE GORDURA. CONSUMO (GLP) DE 1800 GR/H. O FOGÃO DEVE SER INSTALADO.	Unidade	10	2.525,14	25.251,40
					46.639,00

Lote: 51 - [FORNO ELÉTRICO DE BANCADA]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	FORNO ELÉTRICO DE BANCADA Especificações: 220 VOLTS, Tamanho mínimo 44 Litros, Autolimpante, Grill, Timer, Termostato, Bandeja Coletora de Gordura - Garantia Mínima de 12 meses - COR: BRANCO.	Unidade	3	668,80	2.006,40
					2.006,40

Lote: 52 - [FREEZER HORIZONTAL]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	FREEZER HORIZONTAL (CAPACIDADE: DE NO MÍNIMO 500 LITROS). CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS Tipo de produto: Freezer horizontal. Cor: Branco. Capacidade: De no mínimo 500 litros. Quantidade de portas: 02 portas com abertura superior. Possui modo refrigerador (dupla ação). Possui dreno para gelo. Alimentação: 220V. Acompanha manual de instruções. Garantia de no mínimo 12 meses.	Unidade	1	3.591,09	3.591,09
					3.591,09

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

Lote: 53 - [GELADEIRA]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	REFRIGERADOR (CAPACIDADE MÍNIMA: 240 LITROS). CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS Tipo de produto: Refrigerador. Cor: Branco. Capacidade mínima: 240 litros. 1.4. Possui iluminação interna. 1.5. Possui prateleiras amovíveis ajustáveis. 1.6. Possui gaveta para verduras. 1.7. Possui porta ovos. 1.8. Possui controle de temperatura manual. 1.9. Possui degelo seco, prático ou frost free. 1.10. Alimentação: 220V ou bivolt. 1.11. Eficiência energética: Classe A. 1.12. Acompanha manual de instruções. 1.13. Garantia de no mínimo 12 meses, conforme disposições do Termo de Referência.	Unidade	8	1.826,14	14.609,12
					14.609,12

Lote: 54 - [LIQUIDIFICADOR]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	LIQUIDIFICADOR POTENTE: liquidificador com capacidade de 3,2 litros. Potência de 1440W, jarra plástica antimicrobiana, deve conter 15 velocidades e a função pulsar. Tensão de 220W. Garantia de 12 meses. Dimensões: L x A x P: 205x422x220	Unidade	12	300,54	3.606,48
					3.606,48

Lote: 55 - [MICROONDAS]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	FORNO MICROONDAS, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE: 30 L, VOLTAGEM: 220 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM PRATO GIRATÓRIO E FUNÇÃO GRILL, FUNÇÕES: GRILL, DOURADOR E TOSTADOR - GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	Unidade	13	979,17	12.729,21
					12.729,21

Lote: 56 - [MULTIPROCESSADOR C/ JARRA DE PLÁSTICO]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	MULTIPROCESSADOR DE ALIMENTOS: Multiprocessador 3 em 1: processador, liquidificador e espremedor com 1400W de potência e 220V na cor preta; Possui funções de processar, ralar, cortar, misturar, fatiar, espremer, picar, liquidificar, emulsionar, massas pesadas e massas leves; Acompanha 2 velocidades e função pulsar; 01 Adaptador de lâmina; 01 Lâmina de fatiar; 01 Lâmina de ralar; 02 Lâminas de processar; 01 Batedor e 01 Emulsificador; Com copo do liquidificador com capacidade para 3,2L, e o processador com 2,1L; Fabricado em plástico AS. Dimensões do produto (A X L X P): 45,5cm x 24cm x 27cm.	Unidade	100	402,07	4.020,70
					4.020,70

Lote: 57 - [PANELA DE FERRO]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	PANELA DE FERRO 16 LITROS - Especificações: TIPO CAÇAROLA GRANDE REDONDA DE FERRO FUNDIDO COM ALÇAS DE FERRO E TAMPA DE ALUMÍNIO. CAPACIDADE DE 16 LITROS. PESO DE 8KG. DIMENSÕES: COMP X LAR X ALT: 48CM X 40 CM X 14,5CM	Unidade	10	500,32	5.003,20
					5.003,20

Lote: 58 - [CANECA DE MELAMINA]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CANECA em MELAMINA - Especificações: com capacidade de 250ML, com ALÇA e cor BRANCA.	Unidade	250	16,70	4.175,00
					4.175,00

Lote: 59 - [FORMA DE BOLO/ANTIADERENTE]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	FORMA DE BOLO - Especificações: ANTIADERENTE na cor PRETA, formato CORAÇÃO, Capacidade de 2 LITROS - 26CM.	Unidade	10	75,99	759,90
					759,90

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

Lote: 60 - [KIT MOLDES P/ CORTAR FRUTAS]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	KIT DE 14 PEÇAS, ESCULTURA DE FRUTAS E BOLEADOR DE MELÃO, KIT DE MOLDES DE CORTE DE LEGUMES E FRUTAS EM AÇO INOXIDÁVEL, INCLUI CORTADOR ONDULADO, FATIADOR, FERRAMENTAS DE ESCULTURA DE ALIMENTOS, GADGETS DE COZINHA, GADGETS DE COZINHA.	Kit	10	98,43	984,30
					984,30

Lote: 61 - [MULTIPROCESSADOR C/ JARRA DE VIDRO]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	MULTIPROCESSADOR POTENTE: MULTIPROCESSADOR DE ALIMENTOS: MULTIPROCESSADOR 3 EM 1: PROCESSADOR, LIQUIDIFICADOR E ESPREMEDOR COM 1400W DE POTÊNCIA E 220V NA COR PRETA; POSSUI FUNÇÕES DE PROCESSAR, RALAR, CORTAR, MISTURAR, FATIAR, ESPREMER, PICAR, LIQUIDIFICAR, EMULSIONAR, MASSAS PESADAS E MASSAS LEVES; ACOMPANHA 2 VELOCIDADES E FUNÇÃO PULSAR; 01 ADAPTADOR DE LÂMINA; 01 LÂMINA DE FATIAR; 01 LÂMINA DE RALAR; 02 LÂMINAS DE PROCESSAR; 01 BATEDOR E 01 EMULSIFICADOR; COM COPO DO liquidificador em VIDRO com capacidade PARA 3,2L, E O PROCESSADOR COM 2,1L; FABRICADO EM PLÁSTICO AS. DIMENSÕES APROXIMADAMENTE DO PRODUTO (A X L X P): 45,5CM X 24CM X 27CM.	Unidade	1	645,40	645,40
					645,40

Lote: 62 - [COIFA Galvanizada / INSTALADA]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	COIFA GALVANIZADA completa COM EXAUSTOR, Voltagem de 220V, com luz, DIMENSÕES: LARGURA X ALTURA X PROFUNDIDADE: 100CM X 45CM X 60CM. INSTALAÇÃO INCLUSA.	Unidade	5	1.916,13	9.580,65
					9.580,65

Lote: 63 - [CARRINHO PLATAFORMA DE CARGA]

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CARRINHO PLATAFORMA COM ABAS - carro plataforma para uso geral de transporte de cargas com abas. Capacidade para carga de até 300KG, Tipo: Apoio. Rodas giratória: 4 rodízios sendo dois fixos e dois giratório, Diâmetro 6" Fabricado em aço inox, NÃO dobrável, SEM alça expansível, Largura da base: 60 cm, Altura da base: 30 cm, Altura x Largura: 1.04 m x 0.6 m	Unidade	7	1.307,00	9.149,00
2	CARRINHO PLATAFORMA DOBRÁVEL - Fabricado em aço, Materiais das rodas: plástico, 4 Rodízios, DOBRÁVEL, sem alça expansível, Peso de carga 150KG, Largura da base: 47cm, Altura da base: 84CM, Comprimento: 73CM.	Unidade	7	565,45	3.958,15
3	CARRINHO DE TRANSPORTE DE CARGAS: Capacidade para transporte de no mínimo 150KG, Estrutura metálica pintada e com aba prologada, 2 rodas, Tipo da roda: Pneu Câmara de ar, Aro: Metálico, BASE FIXA: Comprimento X LARGURA: 26 X 41 CM, BASE PROLONGADA: 58 X 34 CM, Material em estrutura metálica.	Unidade	7	572,99	4.010,93
					17.118,08

Lote: 64 – KIT - IDOSOS] – Anexo I

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	KIT COMPOSTO POR: - 1 (um) Porta-prato, com PVC personalizado - medida mínima de 29cm de diâmetro, largura(altura) mínima de 8cm - projetado para acomodar e transportar pratos com segurança, na cor a definir, com logomarca do município colorida (BANDEIRA) e escrito "Iporã do Oeste/SC", fechamento em zíper nº 6, forrado internamente com PVC. - 1 (um) Prato de porcelana, redondo, dimensão mínima de 25cm de diâmetro, na cor branco, Personalizado na borda, com logomarca do município colorida (BANDEIRA) e escrito "Iporã do Oeste/SC" em serigrafia. Obs: Produto deverá ser entregue no MUNICÍPIO em local a ser definido pela Administração Municipal até o dia 6/12/2024 – ANEXO I	Kit	400	56,00	22.400,00

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

2	KIT COMPOSTO POR: - 1 (um) Porta-prato, com PVC personalizado - medida mínima de 29cm de diâmetro, largura(altura) mínima de 8cm - projetado para acomodar e transportar pratos com segurança, na cor a definir, com logomarca do município colorida (BANDEIRA) e escrito "Iporá do Oeste/SC", fechamento em zíper nº 6, forrado internamente com PVC. - 2 (dois) pratos de porcelana, redondo, dimensão mínima de 25cm de diâmetro, na cor branco, Personalizado na borda, com logomarca do município colorida (BANDEIRA) e escrito "Iporá do Oeste/SC" em serigrafia. Obs: Produto deverá ser entregue no MUNICÍPIO em local a ser definido pela Administração Municipal até o dia 6/12/2024 – ANEXO 1	Kit	450	79,00	35.550,00
					57.950,00

Valor Total R\$ 316.276,26

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados do(a) homologação do processo licitatório, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3 A Ata de Registro de Preços oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada no Documento de Formalização de Demanda – DFD, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada na justificativa do Documento de Formalização de Demanda - DFD, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Para execução dos serviços, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

- 4.1.1. Manter as condições de habilitação exigidas na contratação, durante toda a vigência contratual;
- 4.1.2. Mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, necessárias para fabricação, montagem, pintura e instalação dos itens.
- 4.1.3. A contratada deverá manter os locais onde for realizar as instalações limpas, sem deixar sobras de materiais ou outros produtos que usaram na mesma;
- 4.1.4. Deverá atender os materiais e medidas conforme constam no projeto em anexo;
- 4.1.5. Ressalta-se que após os materiais estarem prontos, devem ser instalados pela empresa contratada, no local devidamente informado, conforme solicitação de compra.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

5. DA ENTREGA DOS MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS

5.1 As licitantes para fins de análises e comprovação das especificações técnicas mínimas dos produtos ofertados, DEVERÃO apresentar descrição detalhada dos equipamentos com a respectiva documentação técnica, acompanhadas de catálogos e links dos fabricantes dos equipamentos e componentes e certificações, juntamente com o produto.

5.1.1 Caso a informação da descrição não constar em catálogos, manuais ou links do produto, será aceita declaração do fabricante dos equipamentos e componente comprovando que seu produto atende à especificação solicitada.

5.2 Fornecimento de todo o material necessário para o seu pleno funcionamento e instalação da configuração descrita (conectores, cabos, conexões, manuais de operação em português, e etc.).

5.3 DEVERÁ ser homogênea toda quantidade de equipamento dos itens propostos, mesma cor, marca e modelo.

5.4. Correrão por conta da licitante vencedora pelo transporte, carregamento, descarregamento E ENTREGA do produto até o local indicado pelo Município de Iporá do Oeste/SC, em dia de expediente normal, assim como a instalação e aferição de funcionamento, comprometendo-se integralmente com eventuais danos causados a estes, até a aceitação provisória do bem pela CONTRATANTE.

5.4.1. A licitante se obriga a fornecer os equipamentos num prazo de 30 (trinta) dias CONSECUTIVOS, contados da emissão da Ordem de Fornecimento, salvo situações mais complexas, que notadamente exigem mais tempo para entrega dos materiais autorizados, sendo previamente acordado entre as partes.

5.5 O equipamento deverá ser fornecido convenientemente embalado em caixa de papelão com proteção.

5.6 A CONTRATADA durante o período de garantia dos produtos, será responsável pelas despesas advindas de qualquer reparação decorrente de falha ou defeito de fabricação ou montagem.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

5.7 A reparação ou substituição do produto deverá ocorrer on-site no Município de Iporá do Oeste, Estado de Santa Catarina, em qualquer das dependências desta municipalidade, com a solução do problema (troca ou reparo do equipamento) durante o período de garantia, no prazo não superior a 5 (cinco) dias corridos.

5.8. A empresa vencedora deverá fornecer os equipamentos ora licitados, dentro de elevados padrões de qualidade, com os veículos e materiais apropriados, OU SEJA, Os bens deverão ser novos, com acabamento perfeito, isento de quaisquer imperfeições.

5.9. A licitante, adjudicada no objeto do presente Edital, comprometer-se-á integralmente pela boa qualidade dos materiais permanentes, aplicando-se no que couber o Código de Defesa do Consumidor.

5.10. A não entrega do objeto conforme descrito neste edital, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.

5.11. O objeto contratado deverá ser entregue a contratante pelo valor licitado, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor licitado e aprovado.

5.12. Cabem às empresas fornecedoras avisar por escrito, após verificação das especificações discriminativas, todos os erros, incoerências ou divergências que possam ser levantadas através destas especificações, para que se tomem as devidas providências, não aceitando, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe.

Recebimento

5.13. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, na prestação dos serviços, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da ata, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.15. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da ata.

6. DO PAGAMENTO

6.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

6.1.1. não produzir os resultados acordados;

6.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

6.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.2. O recebimento também ficará sujeito ao atendimento de todos os requisitos do contrato. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.4. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato/Ata de Registro de Preços.

Liquidação

6.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, respeitada a ordem cronológica será realizada a liquidação, conforme Decreto Municipal nº 137/2024.

6.7. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I - o prazo de validade;

II- a data da emissão;

III - os dados do contrato/Ata de Registro de Preços e do órgão contratante;

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

- IV - o período respectivo de execução do contratos;
- V - o valor a pagar; e
- VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, retornando para a ordem cronológica, sem ônus à contratante;

6.9. A Nota Fiscal ou Fatura deverá, quando solicitado, vir acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, com apresentação dos seguintes documentos

- I - regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente;
- II - regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, e
- III - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

6.10. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual e/ou aplicação de multas ou penalidades, nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato/Ata de Registro de Preços e/ou aplicação de outras penalidades, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

6.14. O pagamento será efetuado respeitada a ordem cronológica para pagamentos do setor financeiro do Município de Iporã do Oeste/SC, conforme Decreto Municipal nº 137/2024.

Forma de pagamento

6.15. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado,

6.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.17. O Município reserva-se no direito de descontar (reter) do pagamento devido à Contratada os valores decorrentes de tributos legalmente estabelecidos quais sejam:

6.11.1. ISSQN – A alíquota de 3,0% (três por cento), que terá como base de cálculo o preço total do serviço, dele podendo ser deduzido somente o valor das mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços fora do local da prestação dos serviços, que ficam sujeitos ao ICMS, conforme previsto nos subitens 7.02 e 7.05 da TABELA XII – Lista de Serviços, a qual integra a Lei Complementar Municipal nº 57/2005, c/c com a Lei Complementar Nacional nº 116/2003. Das empresas Optantes do Simples Nacional, será descontado (retido) a alíquota correspondente, com base no faturamento dos últimos 12 (doze) meses, devendo o valor estar destacado na respectiva nota fiscal;

6.11.2. IRPJ – O Imposto de Renda será retido na fonte, nos termos e percentuais definidos no Decreto Municipal nº 159 de 22 de julho de 2022, exceto das empresas optantes do Simples Nacional e dos Microempreendedores Individuais (MEI).

6.18. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

7. MODELO DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A Ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.4. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

8. FISCALIZAÇÃO

8.1. A execução da ata de registro de preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) e/ou órgão solicitante do material.

8.2. O fiscal/secretaria solicitante acompanhará a execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na ata, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.3. O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.3.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações, o fiscal/ secretaria atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

8.3.2. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato. As Secretarias indicarão os servidores abaixo para atuarem como gestor e fiscal do contrato:

Gestora: Larissa Rodrigues de Lima

E-mail: administracao01@ipora.sc.gov.br

Fiscal: Ervino Henkel

E-mail: administrao@ipora.sc.gov.br

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM

10. FORMA DE FORNECIMENTO

10.1 O fornecimento do objeto será de forma parcelada.

10.1.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os documentos especificados no edital.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 671.917,37 (Seiscentos e setenta e um mil novecentos e dezessete reais e trinta e sete centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

11.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Os Recursos orçamentários serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes do Município de Iporã do Oeste/SC e constarão no Empenho/Autorização de Fornecimento emitida pela Administrações Municipais.

12.2. Os Recursos Financeiros serão de origem própria e, de transferências constitucionais e legais dos órgãos participantes do certame.

Iporã do Oeste, 17 de outubro de 2024.

ERVINO HENKEL

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

DESPACHO: Determino ao Setor de Licitações, a realização do processo administrativo nos moldes solicitados.

VALMOR REIS

Prefeito Municipal

(49)3634-1210

www.ipora.sc.gov.br - administracao@ipora.sc.gov.br
Rua Santo Antônio, 100 - 89899-000 - Ipore do Oeste - SC
CNPJ: 78.485.554/0001-13

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

ANEXO II
DADOS GERAIS DA PROPONENTE

DADOS DA EMPRESA:

Razão Social: _____
CNPJ/MF: _____
Endereço: _____
Município/UF: _____ CEP: _____
Telefone: () _____
E-mail: _____

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (para assinatura dos documentos legais):

Nome: _____
CPF: _____ RG: _____
Endereço: _____
Município/UF: _____ CEP: _____
Telefone: () _____
E-mail: _____

Possui assinatura eletrônica: () SIM () NÃO

Observação 1: Caso o indicado seja **sócio, proprietário ou dirigente** da empresa proponente, o mesmo deverá constar no ato constitutivo ou no contrato social, apresentado por ocasião da Habilitação neste processo, devendo estar expresso seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

Observação 2: Caso o indicado seja **preposto** da empresa proponente, será solicitado instrumento procuratório, com a delegação de poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

DADOS BANCÁRIOS: (opcional)

Banco: _____ Agência: _____ Conta corrente: _____

_____, ____ de _____ de 2024.

Nome e assinatura do representante legal da empresa
CPF: _____

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO ÚNICA

(Razão Social) _____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, sediada no endereço _____, na cidade de _____, por seu representante legal, CPF _____ e portador do RG _____, que ao final subscreve, DECLARA EXPRESSAMENTE a quem interessar possa e para fins de atendimento do edital e processo em referência, QUE:

- a) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- b) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- c) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- d) Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Ipore do Oeste/SC ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);
- e) Não possui funcionário público no quadro societário da empresa;
- f) Está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;
- g) Conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- h) que não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- i) Que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

_____, ____ de _____ de 2024.

Nome e assinatura do representante legal da empresa
CPF:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

ANEXO IV
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº ____/2024

O **MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE**, Estado Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 78.485.554/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Valmor Reis, no uso de suas atribuições legais, em face da classificação das propostas apresentadas, classificadas e adjudicadas no Processo Administrativo nº 0111/2024 na modalidade de Pregão Eletrônico nº 032/2024, homologadas no dia ____ de _____ de 2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 046/2023 e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem como objeto “**REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO KITS PARA DISTRIBUIÇÃO NO ENCONTRO ANUAL DA TERCEIRA IDADE, MATERIAIS DE COPA, COZINHA, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E ELETRODOMÉSTICOS A SEREM UTILIZADOS PELA CÂMARA DE VEREADORES E DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC**”, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos e propostas de preços, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. O órgão gerenciador da ata de registro de preços será o Município de Iporeã do Oeste/SC.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, o fornecedor adjudicatário e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (*razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante*)

Item	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Unitário

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública municipal que não participaram de procedimento público de intenção de registro de preço – IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 3.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 3.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 3.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

- 3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser, excepcionalmente, prorrogado, desde que a solicitação de prorrogação pelo órgão ou da entidade não participante seja aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

3.5. As aquisições ou contratações adicionais de órgãos e entidades não participantes não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.6. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços por órgãos e entidades não participantes não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

4. DO PRAZO DE VALIDADE

- 4.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 4.2. Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.
- 4.4 Em caso de prorrogação, o valor registrado para cada item poderá ser reajustado monetariamente, aplicando-se como índice de majoração o INPC acumulado, regulamentado por Decreto Municipal, atualizando a Unidade Municipal de Referência Fiscal - UMRF, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, com periodicidade anual, nos termos da legislação vigente
- 4.5. A partir do início de vigência da ata de registro de preços, a licitante vencedora obriga-se a cumprir integralmente com todas as condições estabelecidas, sujeitando-se as penalidades em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas.

5. DAS ALTERAÇÕES

5.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de elevação do custo do objeto ora registrado nas situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que, devidamente comprovados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

I. Nos casos de elevação ou redução dos preços inicialmente pactuados, a solicitação deverá ser encaminhada via endereço eletrônico (*E-mail*) para <administracao01@ipora.sc.gov.br>, com anexo dos documentos comprobatórios tais como: planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais ou outros documentos idôneos, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito.

§ 1º A partir da solicitação encaminhada pela fornecedora, o órgão gerenciador convocará os demais classificados para assegurar igual oportunidade de negociação.

§ 2º Quando constatado pelo Órgão Gerenciador que o preço registrado se encontra superior ao preço praticado no mercado e que o fornecedor não aceite reduzi-lo, será liberado do compromisso assumido e convocado os demais fornecedores classificados para negociar a redução dos preços, conforme ordem classificatória do certame.

5.1.1. Realizada as negociações, o Órgão Gerenciador poderá:

a) Deferir a solicitação, fixando novo preço pactuado, após Parecer Jurídico, através de Decisão da Autoridade Competente; ou

b) Indeferir a solicitação, mantendo-se assim os preços inicialmente pactuados, contendo o devido embasamento para tal ato.

5.2. O cancelamento de eventual item da ata de registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o seu cumprimento, nas seguintes hipóteses:

a) por razão de interesse público, devidamente justificado; ou

b) a pedido do fornecedor, devidamente comprovados e justificados.

I. Para analisar o pedido de cancelamento de item do registro nos termos do caput deste item, devidamente comprovado e justificado, o Órgão Gerenciador convocará via endereço eletrônico (*E-mail*) os demais fornecedores classificados no certame para a verificação da disponibilidade do objeto no mercado e preços praticados.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada ocorrerá por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

(49)3634-1210

Página 38 de 42

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. DA ENTREGA DOS MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS

11.1 As licitantes para fins de análises e comprovação das especificações técnicas mínimas dos produtos ofertados, DEVERÃO apresentar descrição detalhada dos equipamentos com a respectiva documentação técnica, acompanhadas de catálogos e links dos fabricantes dos equipamentos e componentes e certificações, juntamente com o produto.

11.1.1 – Caso a informação da descrição não constar em catálogos, manuais ou links do produto, será aceita declaração do fabricante dos equipamentos e componente comprovando que seu produto atende à especificação solicitada.

11.2 Fornecimento de todo o material necessário para o seu pleno funcionamento e instalação da configuração descrita (conectores, cabos, conexões, manuais de operação em português, e etc.).

11.3 DEVERÁ ser homogênea toda quantidade de equipamento dos itens propostos, mesma cor, marca e modelo.

11.4. Correrão por conta da licitante vencedora pelo transporte, carregamento, descarregamento E ENTREGA do produto até o local indicado pelo Município de Iporã do Oeste/SC, em dia de expediente normal, assim como a instalação e aferição de funcionamento, comprometendo-se integralmente com eventuais danos causados a estes, até a aceitação provisória do bem pela CONTRATANTE.

11.4.1. A licitante se obriga a fornecer os equipamentos num prazo de 30 (trinta) dias CONSECUTIVOS, contados da emissão da Ordem de Fornecimento, salvo situações mais complexas, que notadamente exigem mais tempo para entrega dos materiais autorizados, sendo previamente acordado entre as partes.

11.5 O equipamento deverá ser fornecido convenientemente embalado em caixa de papelão com proteção ou equivalente.

11.6 A CONTRATADA durante o período de garantia dos produtos, será responsável pelas despesas advindas de qualquer reparação decorrente de falha ou defeito de fabricação ou montagem.

11.7 A reparação ou substituição do produto deverá ocorrer on-site no Município de Iporã do Oeste, Estado de Santa Catarina, em qualquer das dependências desta municipalidade, com a solução do problema (troca ou reparo do equipamento) durante o período de garantia, no prazo não superior a 5 (cinco) dias corridos.

11.8. A empresa vencedora deverá fornecer os equipamentos ora licitados, dentro de elevados padrões de qualidade, com os veículos e materiais apropriados, OU SEJA, Os bens deverão ser novos, com acabamento perfeito, isento de quaisquer imperfeições.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

- 11.9. A licitante, adjudicada no objeto do presente Edital, comprometer-se-á integralmente pela boa qualidade dos materiais permanentes, aplicando-se no que couber o Código de Defesa do Consumidor.
- 11.10. A não entrega do objeto conforme descrito neste edital, ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas.
- 11.11. O objeto contratado deverá ser entregue a contratante pelo valor licitado, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor licitado e aprovado.
- 11.12. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:
Município de Iporá do Oeste/SC
Departamento: conforme solicitado na Ordem de compra.
Horário de Entrega: De Segunda-Feira à Sexta-Feira, 08:00h – 11:30h e 13:30h – 17:00h.

12. DO PAGAMENTO

- 12.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.
Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 12.1.1. não produzir os resultados acordados;
 - 12.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 12.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 12.2. O recebimento também ficará sujeito ao atendimento de todos os requisitos da Registro de Preços. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 12.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 12.4. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 12.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da Ata de Registro de Preços.

Liquidação

- 12.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, respeitada a ordem cronológica será realizada a liquidação, conforme Decreto Municipal nº 137/2024.
- 12.7. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- I - o prazo de validade;
 - II - a data da emissão;
 - III - os dados da Ata de Registro de Preços e do órgão contratante;
 - IV - o período respectivo de execução da Registro de Preços.
 - V - o valor a pagar; e
 - VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 12.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, retornando para a ordem cronológica, sem ônus à contratante;
- 12.9. A Nota Fiscal ou Fatura deverá, quando solicitado, vir acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, com apresentação dos seguintes documentos
- I - regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente;
 - II - regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, e
 - III - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- 12.10. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 12.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

12.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual e/ou aplicação de multas ou penalidades, nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da Ata de Registro de Preços e/ou aplicação de outras penalidades, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

12.14. O pagamento será efetuado respeitada a ordem cronológica para pagamentos do setor financeiro do Município de Iporá do Oeste/SC, conforme Decreto Municipal nº 137/2024.

Forma de pagamento

12.15. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado,

12.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.17. O Município reserva-se no direito de descontar (reter) do pagamento devido à Contratada os valores decorrentes de tributos legalmente estabelecidos quais sejam:

12.11.1. ISSQN – A alíquota de 3,0% (três por cento), que terá como base de cálculo o preço total do serviço, dele podendo ser deduzido somente o valor das mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços fora do local da prestação dos serviços, que ficam sujeitos ao ICMS, conforme previsto nos subitens 7.02 e 7.05 da TABELA XII – Lista de Serviços, a qual integra a Lei Complementar Municipal nº 57/2005, c/c com a Lei Complementar Nacional nº 116/2003. Das empresas Optantes do Simples Nacional, será descontado (retido) a alíquota correspondente, com base no faturamento dos últimos 12 (doze) meses, devendo o valor estar destacado na respectiva nota fiscal;

12.11.2 IRPJ – O Imposto de Renda será retido na fonte, nos termos e percentuais definidos no Decreto Municipal nº 159 de 22 de julho de 2022, exceto das empresas optantes do Simples Nacional e dos Microempreendedores Individuais (MEI).

12.18. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para à CONTRATADA.

13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

13.1. Os Recursos orçamentários serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes do Município de Iporá do Oeste/SC e constarão no Empenho/Autorização de Fornecimento emitida pela Administrações Municipais.

13.2. Os Recursos Financeiros serão de origem própria e, de transferências constitucionais e legais dos órgãos participantes do certame.

14. DA PROTEÇÃO DE DADOS

14.1. As partes declaram estar cientes do inteiro teor da Lei nº 13.709/2018 (*Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD*) e obrigam-se a observar e respeitar o dever de proteção de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, devendo ainda, se comprometer a cumprir todas as condições e obrigações dispostas na referida lei e demais legislações aplicáveis.

14.2. Fica vedada qualquer utilização de dados ou informações do órgão gerenciador, órgãos participantes e órgãos não participantes, para quaisquer fins, sem a expressa autorização.

14.3. As partes, por si, seus empregados, prepostos, representantes, afiliadas e terceiros envolvidos na execução desta Ata de Registro de Preços, comprometem-se a manter o sigilo, confidencialidade e integridade dos dados pessoais durante a vigência deste instrumento e mesmo após o seu término.

15. CONDIÇÕES GERAIS

15.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital ou aviso de contratação direta.

16. DO FORO

16.1. Para as questões que se suscitarem entre os eventuais interessados e a Administração Municipal na interpretação das cláusulas do presente edital e que não forem resolvidas amigavelmente na esfera administrativa, fica eleito o foro da Comarca de Mondai/SC para a solução judicial, desistindo os interessados de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam a presente Ata.

Iporá do Oeste/SC, ____ de _____ de 2024.

VALMOR REIS
PREFEITO MUNICIPAL

Assinatura da Fornecedora (Nome da Fornecedora)

(49)3634-1210

Página 41 de 42



MUNICÍPIO DE
IPORÃ DO OESTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0111/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

MODELO DE PROPOSTA

Razão Social: _____

CNPJ: _____ Endereço: _____

Representante Legal: _____ CPF: _____

Contato: Telefone/Fixo: _____ Celular: _____ E-mail: _____

Item	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Unitário

VALIDADE PROPOSTA: 60 dias.

Data: ____ / ____ / 2024.

Representante Legal da Proponente
Assinatura

MUNICÍPIO DE
IPORÃ DO OESTE